

O Brasil nas mãos do G-7

ESTADO DE SÃO PAULO
18 JAN 1992

Encontrou-se um pretexto para adiar a avaliação da Carta de Intenção que o Brasil apresentou ao Fundo Monetário Internacional (FMI), marcada para 22 do corrente pelo board da instituição: o seu diretor-gerente, Michael Camdessus, atenderá nesse dia a um compromisso internacional que o impedirá de presidir uma reunião demorada (admite-se assim que não será fácil resolver o problema brasileiro), não se dando paralelamente aos técnicos do organismo tempo suficiente para redigir o novo relatório requerido por "pequenas" alterações na situação do País (rolagem da dívida interna dos Estados e municípios e a questão do financiamento do déficit da Previdência Social). Agora, pensa-se em transferir a avaliação para o dia 29, sem que isso possa constituir compromisso para o organismo criado em Bretton Woods...

Na realidade, o problema é outro: registrou-se certo receio, por parte dos países industrializados que integram o chamado Grupo dos Sete (G-7), em aprovar a Carta de Intenção do Brasil. Ora,

sem que se mencione o fato de que as decisões do board do FMI são sempre tomadas unanimemente, é visível que a oposição de qualquer país do G-7 dificulta, por seu peso, uma discussão tranqüila no organismo internacional. O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, foi avisado dessas dificuldades, o que o levou a manter, fato raro em nossa política externa, uma reunião com todos os embaixadores do G-7, para que pressionem os seus respectivos governos.

Ao que parece, a maior oposição vem de Londres, devendo-se ainda notar que o governo japonês, tão empenhado em que o Brasil conclua um acordo com o FMI, não deseja que este seja "de fachada". Para entender tal oposição, cumpre lembrar que o Clube de Paris (que reúne justamente os governos das nações industrializadas credoras do Brasil) tem sérias queixas em relação ao nosso país. Com efeito, enquanto, no ano passado, concluímos com os bancos credores uma suspensão parcial da moratória, pagando 30% dos juros a vencer, no caso do Clube

de Paris, mantivemos a moratória, acumulando cerca de US\$ 7 bilhões de juros atrasados, que ficam à espera de uma solução que somente poderá ser encontrada depois da obtenção de um crédito stand by com o FMI. Foi, certamente, um erro tático do Brasil, que deveria ter pensado em conquistar a boa vontade de governos que, além de integrar o Clube de Paris, são os que decidem nossa sorte no board do FMI.

Seguramente, conta o País com a total boa vontade do diretor-gerente do organismo, mas isso não é suficiente, uma vez que se trata de um funcionário internacional que depende de um board de composição essencialmente política.

O problema é saber se bastou fornecer explicações aos embaixadores do G-7 para que se conseguisse a adesão dos governos dos países industrializados. Cumpriria ao presidente da República manter contatos com os diversos chefes de Estado dessas nações, para explicá-lhes, com argumentos convincentes, o que está em jogo na decisão do FMI.